

Avanço ou retrocesso?¹

EDGARDO LOGIUDICE,

PROFESSOR DE CIÊNCIA POLÍTICA E MEMBRO DA INTERNATIONAL GRAMSCI SOCIETY

A MAXI E DARIÓ²

Os dez anos do governo de Menem caracterizaram-se pela desregulamentação econômica (privatização de bens públicos, flexibilização de salários e condições de trabalho), abertura do mercado (liberação das importações), tipo de câmbio fixo (supervalorização da moeda nacional) e, finalmente, tudo isto como ambiente deliberadamente propício para negócios de corrupção no nível institucional. Como conseqüência, podemos contar a perda da operação das funções estatais, o empobrecimento do setor assalariado, crescimento do desemprego e explosão da pobreza, destruição do aparato produtivo industrial e de setores agrícolas, endividamento público crescente e cobranças de impostos obrigatórios e retroativos. Tudo isto avalizado pelo Fundo Monetário Internacional e promovido ativamente e agressivamente por um ministro da economia emblemático dessas políticas, Domingo Felipe Cavallo.³

Ao finalizar o mandato constitucional, o novo governo deveria, no imaginário popular, pelo menos reparar essa desordem. A aliança eleitoral que chegou ao governo deveria encarnar tal sucesso. Seu acordo político apoiou-se em setores desprendidos do *justicialismo* desde o início do *menemismo*, setores progressistas, alguns provenientes de variantes da esquerda e do radicalismo. Precisamente, a Aliança serviu para relocalizar o radicalismo, que havia terminado muito mal com o governo de Alfonsín. Apesar disto, a ansiedade de alguns precursores da Aliança em alcançar rapidamente o

¹ Publicado com a permissão do autor. Tradução de Silvia Cezar Miskulin.

² Dois jovens “piqueteiros” assassinados pela polícia do governo de Duhalde enquanto manifestavam pacificamente.

³ A nota preliminar e a nota de rodapé 5 foram escritas para a publicação na revista *Outubro* em março de 2003. Ver a versão original em: *Herramientas*, n. 22, Buenos Aires, outono de 2003.

“poder” serviu de apoio ao radicalismo para colocar De la Rúa como candidato a Presidente, um homem de sua ala mais conservadora.

A debilidade política e ideológica dos dirigentes, sua heterogeneidade, a inexperiência de algumas figuras, certo pragmatismo sem estratégia, programa, nem projeto (nem princípios) fizeram com que rapidamente reaparecesse na cena o mesmíssimo Domingo Cavallo, símbolo da política econômica do *menemismo*, como “salva-vidas” perante o Fundo Monetário. Isso significou a negação do fundamento da Aliança para aqueles que a levaram ao governo, e foi também a evidência de sua debilidade política e sua incoerência ideológica. Tudo se traduziu primeiro em desgosto, e depois em irritação por parte dos setores populares e na perda de controle e desgoverno por parte do grupo dirigente. A isso deve-se agregar a teimosia e inaptidão evidente da figura do presidente.

As lutas populares, particularmente a dos setores mais pobres e desempregados, que já trazia uma história de quase uma década (em particular os bloqueios nas estradas dos “piqueteiros”), entrecruzaram-se com os irritados setores médios, entre os quais algumas medidas econômicas, destinadas a salvar o setor bancário, afetaram suas poupanças e geraram obstáculos para a disponibilidade de bens, a ponto de tornar impossíveis as transações mais elementares de uma mínima economia “inercial”.

Tudo isso já havia tido um reflexo nas eleições parciais (provinciais e de renovação de legisladores nacionais) de outubro de 2001, no voto negativo (abstenção, voto nulo, voto em branco) majoritário de forma inédita. Também se refletiu, poucos dias antes dos eventos de dezembro, na consulta popular não oficial promovida pela Central de Trabalhadores Argentinos (CTA), condenando a política do governo, com mais de três milhões de assinaturas.

Este artigo não se deterá sobre as análises deste processo, que encontrou seu ponto de inflexão nos eventos de 19 e 20 de dezembro de 2001. Dessas jornadas resultou a queda do governo de maneira inédita na história do país: um presidente eleito fugiu de helicóptero da casa do governo, devido à ação das massas desarmadas, fundamentalmente espontânea, nas ruas. É a imagem de um povo derrubando um governo e, com ele, a classe política. A isto se agrega, de imediato, a queda do presidente de uma semana, Rodríguez Saá, em uma sucessão de vários titulares do Poder Executivo de duração horária.

Dessas ações e dessas imagens resulta um protagonismo também inédito dos setores populares, bastante conscientes de sua força, e a palavra-de-

ordem “*i que se vayan todos!*”. Tudo isto sucedeu entre os últimos dias de 2001 e os primeiros de 2002.

Em fevereiro escrevemos “Conjuntura inédita, situação complexa”.⁴ Nosso trabalho finalizava assim: “Neste momento, governo débil, coordenação e força das demandas re-expropriatórias, com novas formas organizativas de luta”. Dizíamos também: “O descobrimento da própria capacidade política posta em ação colocou sobre a mesa de discussão o Estado e o capital (não os seus fundamentos)”.

Diante dos resultados de pesquisas e da experiência de participação nas assembléias e outras formas de expressão dos movimentos populares, discute-se a vigência da consigna “*que se vayan todos*”. Algumas pesquisas mostram aumentos na vontade de participação no arranjado processo eleitoral, o que revelaria um enfraquecimento da palavra-de-ordem, outros interpretam que há um descenso na participação nas assembléias, mas que a palavra-de-ordem somente está “calada”.

Não é minha intenção aqui opinar sobre isto, mas refletir sobre que tipo de situação tem sido gerada durante este processo em relação ao Estado; que tipo de condutas podemos apreciar conforme sejam as visões perante o Estado; que vinculações haveria entre os distintos tipos de condutas e que tipo de condutas podem mais ou menos conduzir para um processo mais favorável ou, ao menos, menos desfavorável para os setores excluídos e expropriados.

Para isto trataria de aproximar-me de três questões: a) a exclusão b) a política c) as visões do Estado.

■■■ A exclusão

Alguns amigos sustentam que é preferível a palavra pobre à palavra excluído, sustentam que a pobreza é uma exclusão numa inclusão no sistema. Como me parece que não se trata de uma questão somente terminológica, direi porque prefiro referir-me aos excluídos. Parece-me que estamos falando de uma forma histórica de individualidade que não é a mesma do passado, seja por razões de magnitude, seja por razões estruturais. Creio que esta pobreza é já uma estrutura, com suas próprias leis de funcionamento, que

⁴Edgardo Logiudice. “Coyuntura inédita, situación compleja. Bancarrota del estado recaudador”. *Herramienta*, n. 19, Buenos Aires, outono de 2002, p. 69.

gera suas próprias relações ou vínculos sociais. Não estamos falando da mendicância (os pobres que sempre existiram), nem estamos falando de algo marginal e temporário (a pobreza das crises cíclicas), nem tampouco do exército industrial de reserva (não vejo que assim seja depois de três gerações de excluídos). Creio que este novo tipo de pobre pode definir-se centralmente como excluído da produção e, portanto, excluído da propriedade (não tem a propriedade de sua força de trabalho, porque não pode realizá-la), do mercado (só os proprietários vão às compras), do contrato e do consumo. Já não é mais proprietário dos meios de produção, nem de suas próprias forças e habilidades.

A lista das exclusões implica a da saúde, da educação e das próprias condições para o exercício da cidadania. A migração forçada implica a exclusão da cidadania. A indiferença fomentada, deliberadamente ou não, pela degradação dos mecanismos representativos, ou seja, a “apatia política”, implica na exclusão da cidadania.

Por um lado, cabe destacar, que todas as exclusões não se dão ao mesmo tempo em um mesmo indivíduo (ainda que em alguns sim e estes morrem, alguns antes de nascer). Por outro lado, a exclusão nem sempre responde às mesmas causas. Há exclusões da produção causada diretamente pela revolução produzida pela incorporação crescente da inteligência artificial, em detrimento da incorporação de energia “física”, mas em outros casos, indiretamente vinculados com aquele, pelos processos expropriatórios em muitas regiões do planeta. É o papel da expropriação pelo capital financeiro através do endividamento, do controle da moeda, etc. Não é este o lugar para tratar disto, só quero dizer que, havendo distintas formas, graus e causas de exclusão, o característico que nos permitiria falar de um “tipo” é a não-produção.

■■■ A política

Parece-me que, ante a evidência de que as decisões que afetam a forma de vida de grandes grupos humanos desde os diversos centros financeiros trans e supranacionais, é hora de deixar de definir a política em relação ao Estado. Não é preciso ler nas entrelinhas quais são as decisões políticas que exigem os organismos dos credores. Se as decisões que afetam ou ordenam

as condutas de grandes grupos humanos já não se tomam, ou apenas tomam-se desde o Estado, então é possível pensar que a política pode ser gerada em outro âmbito que não seja o jurídico-estatal.

■■■ O Estado⁵

Creio que, salvo que alguém conceba o Estado como um conjunto de normas e procedimentos – coisa que um jurista pode fazer –, pode-se ter ao menos duas visões do Estado. Uma como personificação do povo ou da nação, personificação de uma comunidade assentada em um território, com uma história comum, algumas tradições, língua e cultura comum, como um governo que nos representa – aos membros dessa comunidade –, cuja legitimidade está dada porque como membros associados elegemos as autoridades que o compõem.

⁵ Nossa hipótese de trabalho em relação ao Estado enquadra-se, originariamente, em conhecidas afirmações marxianas que podem se sintetizar em referências do *Manifesto Comunista* e da *A Ideologia alemã*. Do primeiro, que o Estado moderno seja concebido como Estado-nação (uma só fronteira, uma só lei, uma só alfândega, um só exército, uma só moeda, etc.) e este Estado moderno como Estado representativo. De *A Ideologia alemã*, que o Estado não é mais que uma “ilusão de comunidade” na qual se oculta a divisão do trabalho que, como a propriedade privada, é sempre dominação, isto é apropriação do trabalho alheio (entre as poucas funções que o capital financeiro autoriza hoje aos Estados nacionais está a de “arrecadador” para o pagamento da dívida externa, ou seja, o trabalho de futuras gerações). Sustentamos que a crise do Estado-nação, sobre a qual abunda bibliografia e que consideramos concomitante à crise do fordismo e ao domínio do capital financeiro – possibilitado pela revolução na comunicação e a informática – é a crise mesma da representação política (cuja debilidade havia sido já denunciada por Rousseau: o povo inglês crê que é livre porque sufraga e no mesmo momento que o faz, coloca suas correntes). Sustentamos que a representação política é um híbrido entre ideologias derivadas da teologia pré-moderna e da racionalidade simplificadora moderna. O caráter teológico já foi apontado por Hans Kelsen (*Teoría General del Estado*): o povo aparece como abstrato e transcendente (Deus), que somente pode aparecer “encarnado” nos indivíduos concretos singulares que o “representam” – fazem presente ou ausente – (Cristo e/ou a Igreja). O caráter da racionalidade simples ou aritmética aparece na redução de um homem a um voto (o número como unidade de medida da política). O conceito de racionalidade simples, aritmética ou redutiva – também própria da divisão do trabalho da modernidade, pense no *taylorismo*, por exemplo – o herdamos de Giuseppe Prestipino (*Modelli di strutture storiche*. Roma: Bibliotheca, 1993) e está já presente em Max Weber (*Economía y Sociedad*). Sobre os aspectos teológicos da representação apreendemos de Giuseppe Duso (*La rappresentanza: un problema di filosofia política*. Milano: Franco Angeli, 1988) em seus estudos sobre Max Weber, Schmitt, Leibholz e Voegelin. Estas hipóteses estão sistematizadas em um trabalho inédito (*Teoidelología de la representación*) e encontram-se disseminadas, assim como as hipóteses sobre a pobreza e sua relação com a democracia representativa, em numerosos artigos publicados na Argentina e no exterior.

Outra visão, menos ingênua, pode ver a existência de um grupo de indivíduos que ocupa um lugar de onde tomam-se, por conta própria ou por encargo, decisões que ordenam a vida dos membros da população, ou seja, governa e decide sobre os mecanismos eleitorais que fazem possível sua própria eleição ou, o que é o mesmo, auto-gera sua legitimidade para manter sua profissão política. Para dizê-lo de outra maneira, uma classe de indivíduos privados que se atribui a representação dos membros de uma comunidade. Ou, mais simplesmente, os que mandam.

Por último, pode-se, simultaneamente, participar das duas visões. Ou seja, podem aparecer, dentro de um mesmo grupo humano, simultânea ou alternativamente os dois aspectos. Proponho chamar a primeira idéia de Estado como nação e a segunda, como governo.

Frente a atividade do Estado encontram-se não apenas nossas idéias, mas também nossa prática positiva, qualquer que sejam nossas idéias a respeito dela.

a) Se a idéia que se possui, sobre esse núcleo de relações sociais que conforma o Estado, é a de que “encarna” a nação ou a vontade do povo através do sistema representativo, isto é, a visão do estado como nação, podemos nos encontrar em duas situações: 1) tentar atuar *a partir* do Estado, ou seja, a partir dessa estrutura organizada cujos processos cumprem a função de governar. Assim, para isto, grupos de excluídos no âmbito econômico (produção, mercado, consumo, propriedade pessoal, poupança), cultural (educação, informação, comunicação), político (direitos dos cidadãos, direitos humanos), social (direitos etários, de gênero), sanitário (qualidade de vida, meio ambiente) podem tentar, individual ou coletivamente, na forma de partidos políticos, movimentos sociais ou organismos não-governamentais, buscar inserir-se nesse mecanismo representativo para defender ou conseguir os bens de que estão excluídos. Esta opção aparece em vários movimentos sociais, com alguns êxitos muitas vezes limitados pela função clientelística do mesmo sistema de produção de legitimidade representativa; 2) a outra situação é a de criação de novos vínculos econômicos, sociais, culturais e, até políticos, operando coletivamente *apesar* da atividade estatal, isto é apesar da ação excludente e expropriatória do grupo governante (classe política), ainda considerando o Estado como representação da nação, que sintetiza a comunidade, mas na prática prescindindo de tentar a participação em

seus mecanismos, o que não significa não ter relação com eles. Este tipo de situação “apesar de” aparece em casos de cooperação produtiva de habitações, de bens de consumo, de permutas, de instalação de unidades sanitárias, de refeitórios escolares, de distribuição de comida, de apoio a cooperativas escolares, de jornais e rádios de bairros, de resgate de fábricas, de redes solidárias e de tantas expressões desse tipo bem conhecidas e longas de se enumerar. Cria também novos vínculos políticos em dois sentidos: enquanto esses agrupamentos estabelecem normas de conduta gerais para o grupo, geram formas institucionais produtoras dessas normas organizativas: as assembleias. Alguns destes casos são já emblemáticos. A criação desses “espaços”, não necessariamente territoriais, resiste à exclusão nesse espaço de relações sociais e gera outras novas. Na medida que estas novas relações sociais crescem, a própria prática debilita a capacidade expropriatória do Estado. Restam-lhe bens materiais e imateriais para a expropriação e gera-se uma nova capacidade. Mas, por sua vez, gerando relações comunitárias, debilita a ilusão de comunidade que detém o Estado, aparece uma comunidade não ilusória, não transcendente, mas imanente.

b) A idéia, a noção, a intuição com que os excluídos podem vincular-se com o Estado pode ser, por sua vez, a de fazê-lo com um Estado como “ilusão de comunidade”, representativo do povo ou da nação, e de fazê-lo com um governo como grupo organizado para isso, para governar. Ou seja, uma visão do Estado como nação e do Estado como governo. Pode-se agregar então, uma situação dos excluídos *frente* ao Estado, não desvinculados, mas enfrentando-o. Esta situação poderia expressar-se em dois tipos de ações: 1) demandando a provisão de bens e serviços (materiais e imateriais), seguro de desemprego, planos de trabalho, subsídios, alimentos, roupas, materiais escolares, medicamentos, etc. Em muitos casos as conquistas são administradas no interior do grupo e negociadas como ganhos na situação de “apesar” do Estado. Não apenas limita-se a atividade expropriatória do Estado, mas também gera-se outras capacidades, coincidindo assim com os resultados do outro tipo de situação descrita como relação apesar do Estado (veja o item a, parte 2) . 2) Mas também ao fazer isto, por sua vez, demanda-se, exige-se, o exercício da representação. Se ao demandar bens se está interpelando o governo em seu poder de detentor dos mesmos, ou seja, como grupo que dispõe deles, que atua como proprietário-possuidor deles, ao interpelá-lo como represen-

tante da comunidade, recorda-o de sua obrigação como tal representante. A posição em que se encontra o excluído, individual ou coletivamente, é a de um membro da comunidade representada frente a seus representantes, mas entendendo que, também eles, “seus representantes”, são quem dispõem dos bens. Este enfrentamento gera a contradição entre a ação do Estado, cuja função é a da exclusão dos representados no poder político (para que fiquem os representantes) e da expropriação de bens no terreno econômico (através da função fiscal, do endividamento público, do manejo das reservas públicas, da desvalorização monetária, das políticas de flexibilização salarial, da privatização dos bens sociais, etc.), com seu aspecto de representação do bem comum da comunidade. Contradições entre seu aspecto público e seu caráter privado, entre seu aspecto includente e sua função excludente, entre seu aspecto de representação e sua ação de dominação, entre seu aspecto de Estado como comunidade e sua função de governo como classe. Contradição, em suma, entre a idéia de Estado como nação e a de Estado como governo. Neste tipo de vinculação não só limita-se também a ação expropriatória, mas põe-se em julgamento a legitimidade da representação, através de sua própria prática.

c) Por último, se a visão com que se encontra o excluído é a do Estado defronte a uma organização de um grupo humano, cuja função é a da expropriação e a autoconservação através do mecanismo da produção de legitimidade representativa – Estado como governo –, sua ação pode ser a de uma posição *contra* o Estado, em defesa de sua autoconservação ou, ao menos, de sua sobrevivência. Não necessariamente seria esta uma situação consciente, nem tampouco necessariamente uma atividade de violência armada. Esta última poderia chegar a sê-lo em caso de defesa da sobrevivência (e dificilmente seria proveitoso nesta relação de forças) e o primeiro só por intuição, acumulação de experiência prática ou algum grau importante de informação. Mas também resultado prático de qualquer das outras posições iniciais das descritas anteriormente. Sua vantagem consiste, talvez, em conhecer o limite e a potencialidade da própria força; em saber que é necessário apoiar-se no “apesar de” e desenvolver as formas complexas de organização autônoma (o que não quer dizer desvinculada da realidade que significa a existência do Estado em seus dois aspectos). Dito de outro modo: a *consciência prática de sua exclusão*. Se no “apesar de” há uma espécie de indiferença, este

“contra” significa, além de organizar sua sobrevivência, esse aspecto construtivo imediato, uma negatividade liberadora da ilusão de comunidade. A necessidade de uma nova ordem mais ampla, de uma nova ordem ainda dentro da velha, a probabilidade de uma antecipação no tempo, uma estratégia que se constrói simultaneamente sobre a lógica da sobrevivência, sem deslocar as aspirações a um mundo de um “além” futuro, que gera elementos, condições de possibilidade de uma “comunidade regulada” na terra, não no céu. O aspecto negativo das lutas contra a contaminação do meio ambiente contém o aspecto positivo da probabilidade de construção de um meio não contaminado; o aspecto negativo da luta contra a propriedade privada dos meios de produção fundamentais (a informação, a comunicação, os conhecimentos científicos) contém o aspecto positivo da probabilidade de disposição social, comum, desses bens; o aspecto negativo da luta contra a apropriação privada dos meios de produção políticos de legitimidade (toda a maquinária representativa eleitoral) contém o aspecto positivo da probabilidade de gerar formas complexas e flexíveis de organização institucional, de auto-organização, autogestão e autocontrole. A consciência prática dos limites históricos deste Estado-nação como “comunidade ilusória” abre a probabilidade de uma universalização complexa das relações humanas.

Naturalmente, nenhuma destas práticas de vinculação com o Estado aparece em forma pura, nem em uma forma cronológica ordenada. Podem dar-se simultaneamente, em maior ou menor grau de intensidade, em territórios mais ou menos amplos. Este é o desafio para a ação coletiva e essa é a razão para que as formas de sua organização não possam ser simples, redutivas, senão complexas. Se a abstenção eleitoral, por exemplo, é uma forma de ação coletiva contra o Estado em um momento determinado (e seria o grau mais alto da luta), ela pode ser proveitosa se, e só se, sua ação efetiva debilita o governo. Neste caso essa debilidade, ainda que não existissem condições para uma nova ordem, possibilitaria o aprofundamento das demandas, isto é as vinculações frente ao Estado, cujos resultados, como vimos, debilitam o poder expropriatório e ideológico do grupo dominante. Isto é, geraria uma nova relação de forças. Se, pelo contrário, seu papel fosse intranscendente, a geração de uma ação coletiva de presença contundente que pretendesse um espaço no próprio modo de produção de legitimidade representativa, isto é

desde o Estado, poderia intensificar as demandas frente ao Estado, debilitando suas funções, ao mesmo tempo que permitiria desenvolver novas relações apesar do Estado. Nada disto é especulação. Muitas destas coisas têm ocorrido antes e depois de 19 e 20 de dezembro de 2001, muito mais depois desses dias. O resultado é um governo débil, incapaz de governar, de seguir mantendo o ritmo expropriatório e a ilusão de comunidade.

Situação complexa: muita gente não crê na classe política, mas parece que muitas querem votar.

Conjuntura inédita: na debilidade quase absoluta de um governo que não governa nem os banqueiros, nem os exportadores, nem as empresas privatizadas, nem as forças armadas e policiais, nem as máfias. Também não pode reunir sua própria tropa. Mas tampouco pode parar a ocupação de estabelecimentos autogestionados.

O governo não controla a arrecadação fiscal nem a moeda, e nem assassinando, pode frear a criação, não só de novas relações coletivas-cooperativas, mas de novos vínculos de solidariedade de boa parte da sociedade civil não excluída ou não totalmente excluída.

Situações complexas e inéditas que requerem respostas coletivas complexas e inéditas continuam sendo produzidas. Estas respostas não podem ser conjunturais, mas sim estratégicas, de ofensiva de grande alcance. Embora, pelo momento, não passem de defensivas-constructivas. Nem avanço, nem retrocesso: avanços e retrocessos, mas não status quo.

Talvez seja bom citar aqui Ernst Bloch. Recordava Sergio Rostagno⁶ que em uma aula inaugural Bloch se perguntava: “pode a esperança ser decepcionada?” E respondia: “certamente”. Ao que Rostagno anotava: “a esperança pode também ser desilusão porque não é ilusão ou evasão da realidade. A verdadeira esperança deve assumir a desilusão para não tornar-se uma espécie de compensação psicológica ou uma fé cega em um Deus que finalmente porá cada coisa em seu lugar... A esperança da qual Bloch nos quer falar será então uma ‘esperança fundada’. Mas a esperança fundada não é precisamente uma esperança garantida.”

⁶ Sergio Rostagno. *Utopia e regno di dio*. In: AA-VV. *Ernst Bloch, teologia, utopia e coscienza anticipante*. Bologna: Capelli, 1985, p. 29-30.